

Ocupações produtivas no rural da região Norte do Brasil: uma perspectiva de gênero

Productive occupations in rural areas of Northern Brazil: a gender perspective

Francisco Diétima da Silva Bezerra

Instituto Federal do Acre. Cruzeiro do Sul, AC, Brasil

Andre Luiz de Souza

Instituto Federal do Acre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Cruzeiro do Sul, AC, Brasil

Carlos Alves do Nascimento

Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, Brasil

GT 09 - Trabalho, emprego e ocupações rurais

Resumo: Este artigo analisa a evolução das ocupações, segundo o gênero, no meio rural da região Norte do Brasil no período de 2012 e 2024. A metodologia baseia-se na análise dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNADC/IBGE), a partir de uma tipologia de famílias. Os resultados mostram que o número de famílias rurais cresceu no período, alcançando cerca de 1,1 milhão em 2024. Esse aumento foi impulsionado pelo crescimento do número das famílias de não ocupados e das famílias de empregados na agropecuária. Apesar disso, o total de pessoas residentes no meio rural manteve-se relativamente estável, indicando mudanças na composição interna das famílias. A população total ocupada apresentou leve retração, passando de 1,47 milhão para 1,43 milhão de pessoas. Em termos de gênero, os homens continuam predominando na força de trabalho rural, especialmente nas atividades agropecuárias, enquanto a participação feminina é menor e apresenta tendência de redução nesse setor, com maior presença das mulheres ocupadas em atividades não agropecuárias, mas, também, inferior à população masculina. Conclui-se que o meio rural da Região Norte vem passando por um processo de recomposição ocupacional, marcado pela redução relativa do trabalho familiar tradicional, pela expansão de formas de trabalho assalariado e pela crescente relevância das atividades não agropecuárias na estrutura produtiva e nas estratégias de reprodução das famílias rurais.

Palavras-chave: famílias rurais, trabalho assalariado, ocupações agropecuárias, ocupações não agropecuárias.

Abstract: This article analyzes the evolution of occupations, according to gender, in the rural areas of the Northern Region of Brazil between 2012 and 2024. The methodology is based on the analysis of microdata from the Continuous National Household Sample Survey of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (PNAD/IBGE), using a typology of families. The results show that the number of rural families grew during the period, reaching approximately 1.1 million in 2024. This increase was driven by the growth in the number of unemployed families and families employed in agriculture. Despite this, the total number of people residing in rural areas remained relatively stable, indicating changes in the internal composition of families. The total employed population showed a slight decrease, from 1.47 million to 1.43 million people. In terms of gender, men continue to predominate in the rural workforce, especially in agricultural activities, while female participation is lower and shows a downward trend in this sector. Women are more present in non-agricultural activities, but still less than men. It can be concluded that the rural environment of the Northern Region is undergoing a process of occupational recomposition, marked by a relative reduction in traditional family work, the expansion of forms of wage labor, and the growing relevance of non-agricultural activities in the productive structure and reproduction strategies of rural families.

Keywords: rural families, wage labor, agricultural occupations, non-agricultural occupations.

1. Introdução

Nas últimas décadas, os debates sobre desigualdade de gênero no mercado de trabalho ganharam centralidade nas agendas acadêmicas e institucionais, sobretudo quando observados em contextos de marcante desigualdade territorial, como é o caso da região Norte do Brasil. No

meio rural, essas desigualdades tendem a se manifestar de maneira ainda mais acentuada, atravessadas por fatores estruturais como o patriarcado, a informalidade laboral, a precarização do trabalho e a desvalorização das atividades tradicionalmente atribuídas às mulheres (Hirata, 2002; Federici, 2017; Antunes, 2020; Mies, 2022; FAO, 2025). Em termos sociológicos, isso significa que a posição das mulheres no rural não pode ser lida apenas como “menor participação” no emprego, mas como expressão histórica de hierarquias que organizam a produção, a reprodução social e o reconhecimento do trabalho.

Apesar das transformações rurais dos últimos anos, Brumer (2004) destaca que tais mudanças não se refletiram em maior igualdade entre homens e mulheres, uma vez que as relações de gênero seguem estruturando o acesso ao trabalho, à renda e ao reconhecimento social. Nessa perspectiva, Hirata e Kergoat (2007) demonstram que a divisão sexual do trabalho continua operando como um princípio estruturador das relações sociais, organizando de forma desigual o acesso de homens e mulheres às atividades produtivas e reprodutivas. No meio rural, essa desigualdade se expressa não apenas na inserção ocupacional, mas também no acesso diferenciado aos rendimentos, à terra, ao crédito, à assistência técnica e aos espaços de decisão, ao mesmo tempo em que permanece elevada a responsabilidade feminina pelo trabalho doméstico e de cuidados, como destaca Paulilo (2016).

A divisão sexual do trabalho, nesse sentido, delimita espaços de atuação e condiciona o acesso das mulheres a posições formais, remuneradas e socialmente reconhecidas (Mies, 2014; Hirata, 2018). Embora sejam responsáveis por parcela significativa da produção de alimentos — especialmente em sistemas familiares e agroextrativistas — sua inserção no mercado formal de trabalho agropecuário segue desproporcionalmente inferior à dos homens, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. No contexto amazônico, esse quadro se agrava pelas especificidades socioeconômicas e logísticas da região, como acesso limitado a políticas públicas, infraestrutura precária e baixos níveis de escolarização. Como sublinha Antunes (2020, p. 58), “a precarização do labor se materializa de forma ainda mais dramática nos segmentos rurais, onde o trabalho feminino permanece negligenciado pelos sistemas de proteção social”, situação que reforça a divisão sexual do trabalho discutida por Hirata (2018) e a invisibilização do trabalho reprodutivo evidenciada por Federici (2017).

Nessa direção, a perspectiva de gênero é fundamental para compreender como a reestruturação do trabalho rural redistribui, mas não necessariamente supera, desigualdades históricas. Herrera *et al.* (2024) mostram que, na agricultura familiar, trabalho e gestão seguem atravessados por assimetrias de gênero, o que limita o reconhecimento econômico e social da

atuação das mulheres. Em sentido convergente, a FAO (2025) assinala que, mesmo em contextos de transformação dos sistemas agroalimentares, persistem barreiras estruturais que restringem a plena inclusão das mulheres. Nesse sentido, Amoak e Najjar (2026) argumentam que as mudanças recentes nos sistemas agroalimentares não produzem automaticamente maior inclusão, uma vez que a participação e a voz das mulheres nos processos de governança continuam restringidas por desigualdades estruturais. A ampliação da presença feminina em determinadas ocupações, especialmente fora da agropecuária, não significa, por si só, igualdade substantiva, podendo coexistir com segmentação ocupacional, menor valorização econômica e menor autonomia.

Apesar da consistência desse diagnóstico, ainda são insuficientes as evidências sistemáticas sobre como, em que direção e com que intensidade a reestruturação recente do trabalho no rural amazônico reconfigurou a inserção ocupacional de mulheres e homens. Não basta reiterar que há desigualdade. É necessário compreender como a desigualdade se atualiza quando mudam as oportunidades ocupacionais, as formas de contratação e a própria composição das estratégias familiares. O período de 2012 a 2024, série de tempo analisada na presente pesquisa, é particularmente expressivo por concentrar mudanças importantes no mercado de trabalho brasileiro e por permitir observar tendências e inflexões na trajetória ocupacional rural em uma série relativamente longa, sob diferentes conjunturas.

A partir dessa problemática, este artigo se orienta por duas questões centrais: como se reconfiguraram as ocupações de mulheres e homens residentes no rural da região Norte entre 2012 e 2024? E quais desigualdades persistem — ou se aprofundam — quando se consideram os distintos ramos de atividade e as posições ocupacionais no interior das famílias rurais?

Parte-se da hipótese de que, no rural da região Norte, a inserção ocupacional permanece marcada por segmentação de gênero, em que as mulheres tendem a se concentrar relativamente mais em ocupações não agropecuárias e/ou em posições ocupacionais de menor reconhecimento econômico e proteção, ao passo que os homens se distribuem proporcionalmente mais nas atividades agropecuárias e em posições com maior controle do trabalho. Adicionalmente, supõe-se que a persistência dessa desigualdade é mediada pela precarização e pela tipologia familiar, de modo que famílias empregadoras apresentem padrões relativamente menos assimétricos do que famílias de empregados e contas-próprias. Por fim, espera-se que, no período 2012–2024, ocorram mudanças na composição ocupacional, mas sem eliminação das desigualdades estruturais de gênero.

Assim, o objetivo geral consiste em analisar a evolução das ocupações de homens e mulheres residentes rurais da região Norte no período de 2012 a 2024, com ênfase na dimensão de gênero. Mais do que mensurar “acesso” ao trabalho, a análise busca apreender a estrutura desigual de inserção ocupacional que combina desvalorização histórica do trabalho feminino, segmentação setorial e fragilidades de proteção social, muitas vezes ocultas por classificações estatísticas e pela naturalização do trabalho reprodutivo.

Esse recorte regional é particularmente relevante porque o meio rural da Região Norte apresenta especificidades históricas, territoriais e produtivas que o distinguem de outras regiões do país. Trata-se de um espaço marcado por forte heterogeneidade socioespacial, grande dispersão territorial, peso expressivo da agricultura familiar, presença do extrativismo, pluriatividade e importância dos mercados locais e regionais na reprodução social das famílias. Por isso, analisar a evolução das ocupações e da renda no rural nortista exige considerar que suas transformações não decorrem apenas de tendências gerais do mercado de trabalho, mas também de dinâmicas territoriais próprias da Amazônia brasileira.

O trabalho encontra-se estruturado em quatro seções, incluindo esta introdução (seção um). Na seção dois, a metodologia da pesquisa é descrita. Logo depois, na seção três, os resultados da pesquisa são apresentados e discutidos. Posteriormente, na seção quatro são feitas as considerações finais do estudo.

2. Metodologia

Para analisar a evolução das ocupações de homens e mulheres residentes rurais da região Norte entre 2012 e 2024, elaborou-se uma tipologia de famílias com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Essa tipologia foi construída a partir da posição na ocupação e do ramo de atividade do empreendimento, adotando como unidade de análise as famílias extensas que residem em um mesmo domicílio, incluindo parentes e agregados. Foram excluídos das análises os pensionistas, os empregados domésticos e seus respectivos familiares.

As famílias, segundo a posição na ocupação de seus membros, foram classificadas em quatro tipos: *i) Família empregadora*: é aquela em que pelo menos um dos membros familiares declarou ser empregador, independentemente da posição na ocupação dos demais membros; *ii) Família de conta-própria*: na falta de um empregador, um dos membros ativos declarou-se como conta própria, independentemente da posição na ocupação dos demais membros; *iii)*

Família de empregados: em caso de não haver nenhum empregador e nenhum conta própria, mas pelo menos um dos seus membros declarou exercer uma atividade agropecuária ou não agropecuária como assalariado; e **iv) Família de não ocupados:** aquela que não dispunha de nenhum membro ocupado na semana de referência da PNADC.

Para cada posição na ocupação acima referida, as famílias extensas foram subdivididas de acordo com o ramo de atividade em que seus membros estavam envolvidos (agropecuárias, não agropecuárias e pluriativas). Esses ramos podem ser descritos conforme os seguintes critérios: **i) Família agropecuária:** aquela em que pelo menos um dos membros estava ocupado em atividade agropecuária e nenhum outro ocupado em atividade não agropecuária como ocupação principal na semana de referência; **ii) Família não agropecuária:** aquela em que pelo menos um dos membros exercia atividade não agropecuária e nenhum outro ocupado em atividade agropecuária; **iii) Família pluriativa:** aquela em que pelo menos um dos membros exercia atividade agropecuária e pelo menos um outro exercia atividade não agropecuária.

Após o processamento dos microdados da PNADC, estimou-se uma função log-linear do tempo, a fim de verificar a existência ou não de tendência linear na evolução da população de cada tipo familiar. O modelo ajustado é dado por:

$$Y_t = \varphi e^{\theta t} \quad (1)$$

Em que Y_t é o valor da população para o ano t ; φ é o valor esperado de Y quando $t=0$; θ é a taxa de crescimento anual; e e é a base dos logaritmos naturais

A equação (1) pode ser representada pelo seguinte modelo log-linear de regressão:

$$\ln Y_t = \ln \varphi + \theta t + \varepsilon \quad (2)$$

Em que ε é o erro aleatório não explicado pelo modelo. A taxa percentual média de crescimento anual é dada por $(e\theta - 1) \times 100$. As estimativas foram obtidas utilizando os valores de todos os anos da série ($t=1$ para 2012, $t=2$ para 2013, e assim sucessivamente).

3. Análise de Resultados

Os dados apresentados nesta seção mostram que ocorreram algumas mudanças na estrutura ocupacional das famílias e pessoas do meio rural da região Norte entre 2012 e 2024. A Tabela 1 mostra que, nesse período, o número de famílias rurais cresceu 0,8%a.a., alcançando cerca de 1,1 milhão, em 2024, frente às 972 mil em 2012. O crescimento do número total de famílias pode ter sido impulsionado, em primeiro lugar, pela expansão das famílias de não

ocupados, que apresentou uma taxa média significativa (sentido estatístico) de crescimento de 5,1%a.a. Em segundo lugar, destacam-se, também com taxas significativas de crescimento, os aumentos das famílias de empregadores agropecuários (4,6%a.a.) e assalariados/empregados na agropecuária (2,3%a.a.) e pluriativos (2,1%a.a.).

Do ponto de vista desagregado (Tabela 1), as famílias de contas-próprias, apesar da estabilidade no sentido estatístico, ainda constituíam o grupo mais expressivo, somando 558 mil unidades e correspondendo a 50,8% do total das famílias rurais nortistas, em 2024. Em seguida, destacam-se as famílias de empregados ou assalariados, com aproximadamente 300 mil unidades, equivalentes a 27,3% do total. Em conjunto, esses dois grupos representavam mais de 78% das famílias rurais nortistas no último ano sob análise. Por outro lado, considerando apenas as famílias de contas-próprias agropecuárias e pluriativas – segmento que, do ponto de vista conceitual, aproxima-se da noção de *agricultura familiar* – e as famílias de empregados agropecuários e pluriativos, aqueles percentuais reduzem-se, respectivamente, para 36,6% (402 mil famílias) e 13,3% (146 mil famílias). Observa-se, portanto, que, embora diferentemente da agricultura familiar (que não tem aumentado seu quantitativo no período em questão), as famílias de empregados ligados à agropecuária (seja de forma monoativa ou pluriativa) ainda eram quase três vezes menor que o universo da agricultura familiar rural nortista, em 2024.

Tabela 1: Evolução dos contingentes de famílias rurais, segundo a posição na ocupação e o ramo de atividade: Norte, 2012 a 2024. (Nr Fam. x 1.000)

TIPO DE FAMÍLIA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Tx Cersc. 2012 a 2024
Empregadoras	31	26	36	34	29	30	39	31	32	28	41	36	35	1,4
Agropecuária	9	8	11	12	10	10	16	12	17	14	21	13	11	4,6 **
Pluriativa	6	10	10	11	9	7	11	6	6	4	7	9	13	-0,6
Não Agropecuária	16	9	16	10	10	14	13	12	9	9	13	15	11	-0,5
Contas-próprias	555	641	600	646	618	597	591	634	603	587	600	576	558	-0,4
Agropecuária	317	389	337	356	378	324	338	372	371	383	367	332	311	-0,1
Pluriativa	112	116	104	120	90	97	96	102	91	79	88	88	91	-2,4 ***
Não Agropecuária	126	136	158	170	149	176	157	160	142	125	146	156	156	0,3
Empregados	259	265	293	307	317	299	281	300	323	275	288	296	300	0,6
Agropecuária	94	96	97	109	129	117	101	129	134	117	118	127	123	2,3 ***
Pluriativa	16	21	21	17	20	20	24	25	18	19	27	22	23	2,1 **
Não Agropecuária	149	149	176	180	169	163	156	146	171	139	143	148	154	-0,9
Não Ocupados	127	133	148	155	153	179	210	198	256	221	201	231	206	5,1 ***
Total Geral	972	1065	1077	1141	1117	1105	1122	1163	1214	1110	1131	1139	1099	0,8 **
Agropecuária	420	493	445	478	516	450	454	514	522	514	506	472	445	0,6
Pluriativa	134	147	135	148	119	124	131	133	115	102	122	118	127	-1,6 **
Não Agropecuária	292	293	350	361	329	352	326	318	322	273	302	318	321	-0,3
Agricultura Familiar	429	505	442	476	468	421	434	474	461	462	455	420	402	-0,6
Agropecuária	317	389	337	356	378	324	338	372	371	383	367	332	311	-0,1
Pluriativa	112	116	104	120	90	97	96	102	91	79	88	88	91	-2,4 ***

Fonte: Microdados Pnad/IBGE. Elaboração própria.

As famílias empregadoras, por sua vez, apresentaram participação relativamente reduzida no total, somando cerca de 35 mil unidades, contingente que é, inclusive, inferior ao número de famílias não ocupadas ou fora da força de trabalho, que ultrapassou 200 mil, em 2024, maior crescimento (5,1%a.a.) da série (Tabela 1).

A Tabela 2 mostra que em 2012 havia cerca de 1,47 milhão de pessoas rurais ocupadas na região Norte, contingente que se reduziu para cerca de 1,43 milhão em 2024, decréscimo estatisticamente significativo de 0,7%a.a. Ao longo de toda a série analisada, a população ocupada (agropecuária e não agropecuária) das famílias de contas-próprias permaneceu como o grupo mais representativo, sendo a agropecuária a principal atividade geradora de ocupação para esse grupo familiar, mas com tendência estatística de redução. De outro modo, observou-se um crescimento do número de empregados agropecuários e pluriativos, com expansão média anual de 2,2%, indicando mudanças na estrutura ocupacional da força de trabalho rural nortista.

Tabela 2: Evolução da população (pessoas) ocupada em atividades agropecuárias e não agropecuárias, segundo o tipo de família: Norte, 2012 a 2024. (Nr Pessoas x 1.000)

TIPO DE FAMÍLIA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Tx Cresc. 2012 a 2024
População ocupada na agropecuária														
Empregadoras	25	27	36	44	33	22	41	27	33	24	50	31	35	1,3
Agropecuária	13	11	17	18	15	13	21	17	24	16	33	15	14	3,1
Pluriativa	12	16	19	25	18	10	20	10	9	8	17	16	21	-1,1
Contas-próprias	746	839	719	767	784	732	716	799	766	767	720	630	616	-1,4 **
Agropecuária	562	655	553	578	645	572	564	631	626	628	575	510	488	-0,9
Pluriativa	184	184	166	189	139	160	152	168	140	139	145	120	128	-3,1 ***
Empregados	129	135	137	144	170	155	144	173	171	151	180	170	162	2,2 ***
Agropecuária	112	111	111	122	148	134	117	144	151	130	144	145	136	2,2 ***
Pluriativa	17	24	26	22	22	21	27	29	19	21	36	26	26	2,4
Total	900	1000	891	955	987	909	901	999	970	942	951	831	813	-0,7
População ocupada em atividades não agropecuárias														
Empregadoras	41	26	40	30	27	29	33	29	20	17	26	35	32	-2,2
Pluriativa	4	10	10	9	6	6	8	6	5	3	2	5	11	-4,3
Não Agropecuária	36	16	30	21	21	24	26	23	15	15	23	30	21	-1,6
Contas-próprias	320	358	405	432	355	415	374	389	342	291	360	360	369	-0,5
Pluriativa	111	113	114	120	90	94	101	113	101	76	86	91	102	-2,0 **
Não Agropecuária	209	245	291	312	265	321	274	275	241	215	274	269	266	0,1
Empregados	216	220	259	262	252	225	227	213	231	193	220	225	219	-0,9
Pluriativa	18	23	23	19	23	21	26	28	20	23	31	24	24	1,9 *
Não Agropecuária	198	198	236	242	229	204	202	185	212	170	189	201	195	-1,2
Total	577	604	704	723	634	670	635	631	593	502	606	620	620	-0,7
Total Geral	1476	1605	1596	1678	1621	1579	1536	1630	1563	1443	1556	1451	1432	-0,7 *

Fonte: Microdados Pnad/IBGE. Elaboração própria.

No entanto, merece ressaltar – de forma similar ao que observamos anteriormente sobre as famílias (contas-próprias vs empregadas) ligadas à agropecuária (monoativa ou pluriativa) – que, a despeito do registro (Tabela 2) da tendência de, um lado, crescimento do contingente de

pessoas empregadas/assalariadas nas atividades agropecuárias e, de outro, redução do número de pessoas que trabalham por conta-própria nessas atividades, essas últimas correspondiam ainda a praticamente quatro vezes o contingente das primeiras, ou seja, 616 mil (contas-próprias; agricultores familiares) contra 162 mil (empregados), em 2024.

Ainda de acordo com as informações da Tabela 2, observa-se que o número de pessoas ocupadas em atividades não agropecuárias totalizou 620 mil, em 2024, das quais 369 mil pertenciam às famílias de contas-próprias e 219 mil às de empregados. Apesar dessas diferenças no número de ocupados nessas atividades (não agropecuárias) pelas famílias de contas-próprias vis-à-vis às de empregados, o trabalho não agropecuário tem se consolidado como uma importante estratégia de inserção ocupacional para a população rural, possibilitando o acesso a postos potencialmente mais bem remunerados e a fontes de renda mais estáveis, fenômeno amplamente documentado pela literatura nacional.

Conforme vimos, em 2024, havia cerca de 1,43 milhões de pessoas ocupadas no meio rural da Região Norte (Tabela 2). Do ponto de vista de gênero, mais de 1,0 milhão daquelas pessoas eram homens, correspondendo a 71,5% do total da força de trabalho. Desse contingente masculino, em torno de 669 mil estavam inseridos em atividades agropecuárias (Tabela 3), o que representava 65,4% do total de homens ocupados. Entre 2012 e 2024, o número de homens que tinham na agropecuária a fonte de ocupação manteve-se relativamente estável, com leve redução, embora sem tendência estatística. No interior dos diferentes tipos familiares, as famílias de contas-próprias apresentaram tendência estatística de queda no contingente de homens ocupados nas atividades agropecuárias de 1,0% ao ano, ainda que esse grupo continue predominante, representando 72,2% da população masculina ocupada nessas atividades, em 2024. Em contraste, o número de homens empregados – tanto das famílias agropecuárias (monoativas), quanto das pluriativas – apresentou crescimento na ordem de 2,2%a.a. (Tabela 3), cenário que pode estar relacionado às transformações produtivas da região, calcadas no uso intensivo de tecnologia, que reduz a participação relativa do trabalho familiar típico das famílias de contas-próprias, ao mesmo tempo em que favorecem a ampliação de formas de trabalho assalariado em determinadas etapas do processo produtivo.

A Tabela 3 também registra a evolução do número de homens rurais ocupados em atividades não agropecuárias na região Norte do Brasil. De modo geral, observa-se que esse contingente se estabilizou em torno de 355 mil trabalhadores, no último ano, o que corresponde a 24,8% da população rural total ocupada. Entre os diferentes tipos de famílias, nota-se uma redução de 1,3% ao ano no número de homens pertencentes às famílias de empregados

vinculados às ocupações não agropecuárias. Esse movimento pode estar associado ao crescimento de 2,2%a.a. da população masculina empregada na agropecuária, conforme evidenciado no parágrafo anterior, indicando uma recomposição das ocupações no interior das famílias rurais de empregados.

Tabela 3: Evolução da população de homens ocupados em atividades agropecuárias e não agropecuárias, segundo o tipo de família: Norte, 2012 a 2024. (Nr Pessoas x 1.000)

TIPO DE FAMÍLIA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Tx Cresc. 2012 a 2024
População de homens ocupados na agropecuária														
Empregadoras	20	23	29	36	28	20	34	23	26	21	37	27	31	1,6
Agropecuária	10	8	13	14	12	11	16	14	18	15	24	12	11	3,5 *
Pluriativa	10	15	15	21	16	9	17	9	8	6	13	15	20	-0,9
Contas-próprias	550	641	554	600	597	558	557	622	596	601	565	499	483	-1,0 *
Agropecuária	411	494	422	442	481	427	432	480	478	486	441	395	374	-0,6
Pluriativa	139	147	133	158	116	130	124	142	118	115	124	104	109	-2,4 ***
Empregados	121	130	129	137	164	150	137	166	167	147	168	161	155	2,2 ***
Agropecuária	104	106	105	115	143	130	111	139	147	126	133	137	129	2,2 **
Pluriativa	17	24	24	21	21	21	27	28	19	21	35	24	26	2,3 *
Total	691	794	712	772	790	728	728	812	789	769	770	687	669	-0,3
População de homens ocupados em atividades não agropecuárias														
Empregadoras	25	13	24	15	16	16	19	17	14	12	16	20	16	-1,6
Pluriativa	2	2	4	3	1	1	2	3	2	2	1	1	3	-2,0
Não Agropecuária	23	11	20	13	15	15	17	14	12	10	15	19	13	-1,6
Contas-próprias	184	196	239	233	197	234	216	209	186	171	195	196	207	-0,7
Pluriativa	45	40	52	37	29	30	39	37	31	22	24	28	38	-3,9 **
Não Agropecuária	139	156	187	196	168	203	177	172	155	150	171	168	169	0,0
Empregados	135	138	163	159	159	139	151	131	139	116	134	136	132	-1,3 *
Pluriativa	6	6	7	3	6	4	5	5	4	4	9	9	4	0,1
Não Agropecuária	129	132	155	156	153	135	145	126	135	112	126	127	127	-1,3 *
Total	344	347	426	408	372	389	386	357	339	299	346	352	355	-1,0
Total Geral	1034	1140	1138	1180	1162	1117	1113	1169	1128	1068	1116	1039	1024	-0,5

Fonte: Microdados Pnad/IBGE. Elaboração própria.

De forma complementar aos dados apresentados na Tabela 3, a Tabela 4 registra as principais atividades agropecuárias em que os homens pertencentes às famílias de contas-próprias e de empregados estavam ocupados, grupos familiares que concentravam 95,4% do total da mão de obra empregada na agropecuária. Observa-se que a criação de bovinos e a produção de mandioca ocupavam cerca de 48,3% do total de homens rurais em 2024, participação mais representativa no interior das famílias de contas-próprias (211 mil) vis-à-vis as famílias de empregados (97 mil). No entanto, no interior das famílias de contas-próprias há um movimento, estatisticamente significativo, de aumento de 1,2%a.a. no percentual de homens ocupados na criação de bovinos enquanto na cultura da mandioca há uma perda participação expressiva de 4,2%a.a.

Já nas famílias de empregados, nota-se uma expansão estatisticamente significativa de 12,6%a.a. no percentual de homens ocupados na produção de soja, diferente das demais atividades que permaneceram estáveis (sentido estatístico) ao longo da série sob análise. Esse

cenário pode ser reflexo, em parte, das transformações produtivas na região, porém, com implicações não expressivas na estrutura ocupacional – observe-se que, no caso da soja, mesmo com aquela taxa elevada de crescimento do número de empregados nessa atividade, ainda assim esse contingente de trabalhadores representava, em 2024, tão somente 1,3% dos homens na agropecuária (contas-próprias e empregados) e 5,5% dos homens empregados na agropecuária; ou seja, bem menos expressivos do que as atividades tradicionais em destaque na Tabela 4.

Tabela 4: Evolução do percentual (%) de homens ocupados na agropecuária, segundo o tipo de família e o tipo de atividade (CNAE): Norte Rural, 2012 a 2024.

TIPO DE FAMÍLIA / Atividades (CNAE)	2012 (%)	2013 (%)	2014 (%)	2015 (%)	2016 (%)	2017 (%)	2018 (%)	2019 (%)	2020 (%)	2021 (%)	2022 (%)	2023 (%)	2024 (%)	2024 (Nr Homens x 1.000)	Tx Cersc. 2012 a 2024
Contas-próprias	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	483	
Criação de bovinos	18,8	22,5	23,8	22,8	22,7	25,6	25,0	24,1	25,3	22,4	24,0	25,1	24,4	118	1,2 **
Mandioca	29,0	29,6	30,5	28,9	29,6	26,1	24,8	22,9	25,0	31,8	17,4	16,6	19,3	93	-4,2 ***
Pesca	12,5	11,9	13,5	15,6	17,4	13,3	13,7	18,5	14,5	12,9	11,3	12,3	12,1	58	-0,7
Cultivo de outras plantas e frutas de lavoura permanente	5,8	6,5	4,8	6,9	6,6	9,5	5,4	6,3	8,1	5,2	13,0	9,2	8,5	41	4,1 *
Produção florestal	5,3	3,2	4,6	6,8	6,2	8,1	7,8	9,1	3,3	4,9	8,2	10,2	7,1	34	4,3
Outras atividades	28,6	26,2	22,8	19,1	17,4	17,4	23,3	19,1	23,7	22,7	26,3	26,6	28,6	138	1,0
Empregados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	155	
Criação de bovinos	61,4	65,8	57,2	59,2	55,4	61,5	64,1	57,6	57,1	57,8	58,0	60,2	56,3	87	-0,5
Cultivo de outras plantas e frutas de lavoura permanente	10,2	3,8	12,6	9,7	13,0	7,5	7,8	6,3	8,4	11,2	11,4	10,4	12,3	19	2,8
Mandioca	5,6	5,8	7,2	4,5	8,9	11,2	3,0	4,6	6,2	7,9	8,0	10,2	6,2	10	2,2
Cultivo de soja	2,2	1,2	1,8	0,8	1,2	1,5	0,6	2,4	1,6	3,8	4,9	4,2	5,5	9	12,6 **
Produção florestal	1,6	2,1	1,9	3,5	3,6	1,8	5,2	3,7	0,9	2,9	2,5	1,9	4,3	7	2,4
Outras atividades	19,1	21,3	19,3	22,3	17,9	16,5	19,4	25,4	25,8	16,4	15,1	13,1	15,4	24	-2,4

Fonte: Microdados Pnad/IBGE. Elaboração própria.

No que se refere às ocupações das mulheres, em 2024, havia 408 mil pessoas do gênero feminino ocupadas no rural da região Norte (Tabela 5), quantitativo inferior ao observado entre os homens, que somavam cerca de 1,0 milhão (Tabela 3). Dessa forma, a participação feminina correspondia a 28,5% do total de pessoas ocupadas (1,4 milhão de pessoas, Tabela 2).

Os dados dão conta (Tabela 5) de que cerca de 143 mil mulheres estavam vinculadas às atividades agropecuárias, o que representa aproximadamente 10,0% do total de ocupados no rural nortista. Esse percentual é menor do que o observado para os homens (46,7%), conforme evidenciado anteriormente na Tabela 3. Além disso, observa-se uma tendência estatisticamente significativa de redução de 2,4%a.a. no contingente feminino ocupado em atividades agropecuárias. Essa diminuição concentra-se, sobretudo, nas famílias de contas-próprias agropecuárias e pluriativas, o que ressalta dificuldades da agricultura familiar em reter força de trabalho feminina nas atividades tradicionais da agricultura e pecuária. Tal dinâmica não se

restringe às mulheres, uma vez que, conforme demonstrado na Tabela 3, o número de homens pertencentes a esse grupo familiar também apresentou tendência de redução.

Em relação às ocupações das mulheres em atividades não agropecuárias, a Tabela 5 mostra que, em 2024, cerca de 265 mil dessa população estava inserida nesse tipo de atividade, número superior ao observado para o ramo agropecuário, que contabilizava 143 mil ocupadas no mesmo ano. Apesar dessa predominância, o contingente feminino nessas atividades apresentou tendência de estabilização (estatística) ao longo de 2012 a 2024. Observa-se que, entre os tipos familiares, as mulheres ocupadas em atividades não agropecuárias das famílias pluriativas de empregados registraram tendência de crescimento na ordem 2,3% a.a., enquanto nas demais famílias permaneceram estabilizadas do ponto de vista estatístico. Ou seja, a evolução positiva do contingente das mulheres ocupadas nessas atividades no interior desse tipo familiar – pluriatividade intersetorial (combinação de atividades assalariadas agropecuárias + não agropecuárias) – pode funcionar como uma estratégia de fortalecimento e diversificação da renda adotada pelas mulheres rurais da região Norte.

Tabela 5: Evolução da população de mulheres ocupadas em atividades agropecuárias e não agropecuárias, segundo o tipo de família: Norte, 2012 a 2024. (Nr Pessoas x 1.000)

TIPO DE FAMÍLIA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Tx Cresc. 2012 a 2024
População de mulheres ocupadas na agropecuária														
Empregadoras	6	4	7	8	4	2	7	4	7	3	13	4	3	-0,6
Agropecuária	4	2	3	4	2	2	4	3	6	1	9	3	2	1,0
Pluriativa	2	1	4	4	2	0	3	1	1	2	4	1	1	-3,5
Contas-próprias	196	198	165	167	187	174	160	177	170	166	155	131	133	-2,6 ***
Agropecuária	151	161	131	136	164	144	132	151	148	142	134	115	114	-1,8 **
Pluriativa	44	37	34	31	23	30	28	25	22	24	21	16	19	-6,5 ***
Empregados	8	5	8	8	5	5	7	7	4	4	13	9	7	1,0
Agropecuária	8	5	6	7	5	4	7	5	4	3	11	8	7	1,0
Pluriativa	0	0	2	1	0	1	0	1	0	1	1	1	0	
Total	209	207	180	183	196	181	174	187	181	173	181	145	143	-2,4 ***
População de mulheres ocupadas em atividades não agropecuárias														
Empregadoras	16	13	16	14	11	13	14	12	6	5	10	14	16	-3,3
Pluriativa	2	8	6	6	6	5	5	3	3	1	1	4	8	-5,4
Não Agropecuária	14	5	10	8	6	8	9	9	3	5	8	11	8	-1,9
Contas-próprias	136	162	166	199	158	182	159	179	155	120	165	164	162	-0,3
Pluriativa	66	73	62	83	62	64	62	76	70	55	62	64	65	-0,9
Não Agropecuária	70	89	103	116	97	118	97	103	86	65	102	101	97	0,2
Empregados	82	82	96	102	93	87	77	82	93	78	86	89	88	-0,3
Pluriativa	13	17	16	16	17	18	20	23	16	19	22	15	20	2,3 *
Não Agropecuária	69	65	80	86	76	69	57	59	76	58	64	74	67	-0,9
Total	233	257	278	315	263	282	249	274	254	203	260	268	265	-0,4
Total Geral	442	464	458	498	459	462	423	461	435	376	440	412	408	-1,2 **

Fonte: Microdados Pnad/IBGE. Elaboração própria.

A evolução do percentual de mulheres ocupadas nas atividades agropecuárias da região Norte entre 2012 e 2024, segundo o tipo de família e atividade (CNAE), revela uma estrutura produtiva concentrada em poucas atividades (Tabela 6). No interior das famílias de contas-

próprias, mais de 50,0% das mulheres ocupadas concentram-se na produção de mandioca e na criação de bovinos. A produção de mandioca, atividade tradicional da agricultura familiar amazônica, apresenta o maior percentual de participação feminina, mas com tendência de redução de 2,4% a.a. Em contrapartida, observa-se o crescimento da participação relativa feminina na criação de bovinos, ainda que em nível inferior ao observado entre os homens. Além disso, atividades como a horticultura ganham importância na ocupação das mulheres, ampliando sua participação no trabalho feminino rural, sobretudo em atividades associadas a sistemas produtivos de menor escala e maior intensidade de trabalho familiar (Tabela 6).

Tabela 6: Evolução do percentual (%) de mulheres ocupadas na agropecuária, segundo o tipo de família e o tipo de atividade (CNAE): Norte rural, 2012 a 2024.

TIPO DE FAMÍLIA / Atividades (CNAE)	2012 (%)	2013 (%)	2014 (%)	2015 (%)	2016 (%)	2017 (%)	2018 (%)	2019 (%)	2020 (%)	2021 (%)	2022 (%)	2023 (%)	2024 (%)	2024 (Nr Mulheres x 1.000)	Tx Cersc. 2012 a 2024
Contas-próprias	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	133	
Cultivo de mandioca	40,6	43,2	44,1	44,9	41,6	37,6	43,2	41,2	38,2	38,9	31,7	30,8	35,0	47	-2,4 ***
Criação de bovinos	12,6	14,0	14,0	13,0	11,5	13,5	15,6	14,6	15,4	16,0	14,6	20,2	14,9	20	2,4 **
Pesca	6,3	8,3	8,0	9,2	16,0	12,6	5,4	14,4	13,5	9,8	12,3	6,9	10,0	13	2,0
Cultivo de outras plantas e frutas de lavoura permanente	9,3	7,2	7,5	8,5	7,9	8,7	3,4	6,7	3,6	6,3	10,2	8,1	9,3	12	-0,5
Horticultura	3,4	3,0	4,3	2,3	5,2	5,4	5,1	7,2	8,0	8,4	9,8	6,1	5,9	8	8,7 ***
Outras atividades	27,8	24,2	22,2	22,1	17,8	22,2	27,2	15,8	21,4	20,5	21,5	27,8	24,9	33	-0,2

Fonte: Microdados Pnad/IBGE. Elaboração própria.

Os dados apresentados ressaltam que, em termos de gênero, persistem diferenças significativas entre as atividades agropecuárias e não agropecuárias no que diz respeito à absorção da força de trabalho feminina e masculina. De modo geral, as atividades são majoritariamente desenvolvidas por homens, sobretudo aquelas vinculadas às culturas comerciais e às atividades mais capitalizadas da agropecuária, como a pecuária e a produção de *commodities* agrícolas.

Os homens concentram maior participação nas ocupações diretamente ligadas ao processo produtivo e nas atividades com maior inserção no mercado. As mulheres, por sua vez, permanecem mais frequentemente associadas ao trabalho familiar em atividades tradicionais da agricultura, como a produção de mandioca, horticultura e outras culturas de subsistência, além de ocupações complementares de menor escala.

A leitura conjunta das tabelas permite sustentar que o meio rural da Região Norte, entre 2012 e 2024, não permaneceu estático. Pelo contrário, houve uma recomposição ocupacional importante, marcada pela redução relativa do trabalho agropecuário tradicional, pelo avanço de

formas assalariadas de inserção e pela maior presença de atividades não agropecuárias nas estratégias de reprodução social das famílias.

No entanto, essa reconfiguração não significou superação das desigualdades de gênero. Os dados sugerem que a mudança estrutural do rural nortista ocorreu preservando mecanismos históricos de segmentação sexual do trabalho. Nas tabelas, observa-se que a população ocupada total recuou de cerca de 1,47 milhão para 1,43 milhão de pessoas, enquanto os homens seguiram predominando na força de trabalho rural, com 71,5% do total em 2024, e as mulheres permaneceram sub-representadas, sobretudo nas atividades agropecuárias, nas quais sua participação apresentou tendência de redução. A modernização parcial e a diversificação ocupacional do rural nortista não eliminaram a hierarquia de gênero, apenas a redistribuíram entre setores e posições ocupacionais distintas.

Esse resultado é coerente com uma tradição de estudos que já vinha mostrando, em outras regiões, que a retração das ocupações agrícolas e a proletarização do rural tendem a afetar mais intensamente as mulheres (Staduto; Nascimento; Souza, 2013). O estudo sobre o Paraná demonstrou que a redução das ocupações agrícolas e o avanço da proletarização atingiram de forma particularmente forte o trabalho feminino, ao mesmo tempo em que as ocupações não agrícolas se convertiam em um espaço relevante para a geração de renda das mulheres, relativamente apartado do espaço laboral masculino. Além disso, o mesmo trabalho indicava que a renda masculina oriunda das atividades agrícolas seguia como principal eixo de sustentação da renda familiar, enquanto as mulheres apresentavam maior dependência de outras fontes e transferências. A aproximação entre aquele diagnóstico e os achados agora observados no Norte é analiticamente fecunda: embora os contextos regionais sejam distintos, ambos revelam que a diversificação do rural tende a abrir novas possibilidades de inserção feminina, mas sem desmontar, por si só, a estrutura desigual de poder que organiza o acesso ao trabalho, à renda e ao reconhecimento social (Staduto; Nascimento; Souza, 2013).

No caso específico da Região Norte, o ponto central parece residir no fato de que a perda relativa de centralidade da agropecuária familiar não foi acompanhada por uma redistribuição simétrica das oportunidades entre homens e mulheres. Os homens continuam concentrando-se mais fortemente nas ocupações diretamente ligadas ao processo produtivo, especialmente nas atividades agropecuárias e nas funções com maior inserção mercantil. As mulheres, por sua vez, permanecem mais associadas ao trabalho familiar, às atividades de menor escala, às ocupações complementares e a segmentos não agropecuários que, embora relevantes, não necessariamente asseguram rendimentos mais elevados ou maior proteção.

Assim, a diversificação do mercado de trabalho rural, em vez de significar automaticamente inclusão igualitária, parece operar de modo seletivo: abre portas para a participação feminina, mas mantém filtros ocupacionais e remuneratórios que limitam a conversão dessa participação em autonomia econômica plena.

Essa interpretação encontra respaldo também na literatura recente sobre sistemas agroalimentares. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2025), na América Latina e no Caribe, as mulheres representam 36% da força de trabalho nos sistemas agroalimentares, e 71% delas se concentram em segmentos não agrícolas, como processamento, comercialização e vendas de alimentos. O mesmo relatório destaca a persistência de barreiras estruturais de acesso à terra, água, finanças, assistência técnica, tecnologias e espaços de decisão, além de maior incidência de vínculos parciais, irregulares e temporários entre as mulheres (FAO, 2025)

Outro aspecto decisivo é que a desigualdade de gênero no rural não se manifesta apenas na distribuição setorial do emprego, mas também na organização do tempo social. Em novembro de 2025, estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) mostrou que, no Brasil, as mulheres dedicam em média 9,8 horas semanais a mais que os homens ao trabalho de cuidado não remunerado; nas áreas rurais, essa diferença é ainda maior, chegando a 12,4 horas semanais. Trata-se de um dado crucial para interpretar os resultados empíricos do artigo, pois ajuda a explicar por que a presença feminina nas ocupações mais estáveis, contínuas e bem remuneradas tende a ser menor. A sobrecarga de cuidados reduz disponibilidade temporal, dificulta formação profissional, restringe mobilidade e limita a permanência em ocupações de tempo integral. Em outras palavras, a desigualdade ocupacional e de rendimentos não decorre apenas de escolhas individuais ou de diferenças setoriais, mas da articulação entre mercado de trabalho e divisão sexual do trabalho reprodutivo (OIT; Brasil, 2025; Federici, 2017).

Nessa direção, o argumento territorial também é importante. O estudo de Ocampo Guzmán, Gómez Pérez e Mijangos González (2025) mostra que o reconhecimento das mulheres como produtoras diretas, sua inserção em organizações econômicas e seu acesso a mercados podem ampliar autonomia, participação decisória e visibilidade social, ainda que persistam barreiras patriarcais. A contribuição desse texto para a presente discussão não está em transpor mecanicamente um caso mexicano para a Amazônia brasileira, mas em reforçar a hipótese interpretativa de que as desigualdades de gênero no rural não são apenas resultado de atributos

individuais, mas de arranjos territoriais, organizacionais e institucionais que distribuem de forma desigual recursos, voz e reconhecimento. Quando mulheres passam a ser reconhecidas como produtoras, associadas plenas e agentes econômicas, há potencial de deslocamento das hierarquias tradicionais. Quando isso não ocorre, a participação feminina tende a permanecer subordinada, invisibilizada ou concentrada nos segmentos menos valorizados (Ocampo Guzmán; Gómez Pérez; Mijangos González, 2025).

Enfim, o principal achado deste artigo não é apenas que persistem desigualdades de gênero, mas que elas se rearticulam no interior das novas dinâmicas do rural. É essa permanência em meio à mudança que prepara a passagem para a conclusão do artigo: compreender o sentido das transformações recentes exige reconhecer que a modernização e a diversificação do trabalho rural, sem políticas deliberadas de equidade, tendem a reproduzir, sob novas formas, antigas hierarquias de gênero, seja por meio da segmentação ocupacional, do acesso desigual a recursos produtivos e da limitada capacidade de voz e decisão das mulheres nos sistemas agroalimentares (Staduto; Nascimento; Souza, 2013; FAO, 2025; Benali *et al.*, 2025; Acosta *et al.*, 2025; Amoak *et al.*, 2025).

Em síntese, os resultados mostram que a reestruturação recente do trabalho rural na Região Norte não suprimiu as desigualdades de gênero; ao contrário, ela as reconfigurou em novas bases ocupacionais, preservando assimetrias no acesso ao trabalho e, por suposição, ao reconhecimento social.

Do ponto de vista das políticas públicas, os resultados sugerem que a redução das desigualdades de gênero no meio rural exige ações mais direcionadas à valorização do trabalho feminino, à ampliação do acesso das mulheres ao crédito, à assistência técnica, à qualificação profissional e às oportunidades ocupacionais mais protegidas, bem como ao reconhecimento das barreiras impostas pela divisão sexual do trabalho e pela sobrecarga de cuidados.

4. Considerações finais

Os resultados deste estudo indicam que o meio rural da região Norte passou por mudanças importantes entre 2012 e 2024. Embora o número total de famílias tenha crescido ao longo do período, esse aumento foi acompanhado por transformações importantes na forma como essas famílias se inserem nas atividades econômicas. As famílias de contas-próprias (agropecuárias e pluriativas) continuam sendo o grupo predominante — segmento que se aproxima da agricultura familiar —, mas observa-se uma redução relativa da população

vinculada a esse tipo de organização produtiva. Ao mesmo tempo, cresce a presença de famílias assalariadas na agropecuária e, sobretudo, de famílias fora da força de trabalho, indicando novas dinâmicas sociais e demográficas no espaço rural.

No campo das ocupações da população rural, verifica-se uma redução gradual do contingente de pessoas trabalhando diretamente na agropecuária, ao mesmo tempo em que se ampliam as participações em atividades não agropecuárias. Esse movimento sugere um processo de diversificação das estratégias de trabalho e renda no meio rural, no qual a população passa a combinar diferentes tipos de ocupação ou a buscar alternativas fora das atividades agrícolas tradicionais. Em parte, essa mudança reflete transformações produtivas mais amplas na região, como a expansão de atividades comerciais e o avanço de tecnologias que alteram a forma de organização do trabalho no campo.

As diferenças de gênero também se mostram bastante expressivas. A participação das mulheres no total de ocupados permanece significativamente menor do que a dos homens, especialmente nas atividades agropecuárias, onde se observa uma tendência de redução ao longo da série analisada. Ainda assim, as mulheres continuam desempenhando papel importante em atividades tradicionais da agricultura familiar, como a produção de mandioca, e passam a ampliar sua presença em outras atividades, como a horticultura e as ocupações não agropecuárias, que vêm ganhando relevância como alternativa de inserção no mercado de trabalho rural.

Em síntese, os resultados confirmam a hipótese de que a reestruturação recente do trabalho no rural da Região Norte ocorreu sem superação das desigualdades estruturais de gênero. Embora se observe diversificação das ocupações, expansão do assalariamento e maior relevância das atividades não agropecuárias, tais transformações não se traduziram em distribuição mais equilibrada das oportunidades entre homens e mulheres. Ao contrário, os dados indicam a persistência de uma inserção ocupacional segmentada, na qual os homens permanecem mais concentrados nas atividades de maior centralidade produtiva e as mulheres seguem mais expostas a formas de trabalho menos valorizadas.

O artigo contribui para a literatura ao oferecer evidências atualizadas sobre a recomposição ocupacional do rural amazônico sob a perspectiva de gênero, tema ainda pouco explorado em séries longas para a Região Norte. Do ponto de vista das políticas públicas, os achados reforçam a necessidade de ações sensíveis ao gênero voltadas à valorização do trabalho feminino e à ampliação do acesso a oportunidades ocupacionais mais protegidas. Por fim, reconhece-se que a base de dados utilizada não capta integralmente dimensões como trabalho

reprodutivo não remunerado, controle intrafamiliar dos rendimentos e qualidade do emprego, aspectos que devem ser aprofundados em pesquisas futuras.

Referências

ACOSTA, Mariola; OSORIO, Martha; VALVERDE, Ivanna; VILIMELIS, Silvia; POLLI, Matilde; STLOUKAL, Libor; PHILLIPS, Lauren M. Gender-responsiveness of agricultural policy: an analysis in low- and middle-income countries. **Global Food Security**, v. 44, 100837, 2025.

AMOAK, Daniel; NAJJAR, Dina. Governing agrifood systems for climate resilience and gender inclusivity: a strategic review of the evidence. **Environmental Development**, v. 57, 101308, 2026.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2020.

BENALI, Marwan; SLAVCHEVSKA, Vanya; PIEDRAHITA, Natalia; DAVIS, Benjamin; SITKO, Nicholas; AZZARRI, Carlo; NICO, Gianluigi; LE, Dung Thi; KLUTH, Jessika. The agrifood-system wage gap and structural transformation: cross-country evidence. **Global Food Security**, v. 46, 100851, set. 2025.

BRASIL. **Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)**. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.].

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher: RASEAM 2025**. Brasília, DF: Ministério das Mulheres, 2025.

Brumer A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205–227, jan./abr., 2004.

FAO. **International Year of the Woman Farmer 2026**. Rome: FAO, 2026.

FAO. Launch of the Regional Report: The status of women in agrifood systems: a regional approach for Latin America and the Caribbean. Santiago: FAO, 2025.

FAO. **The status of women in agrifood systems: a regional approach for Latin America and the Caribbean**. Santiago: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2025.

FAO. **The status of women in agrifood systems: a regional approach for Latin America and the Caribbean**. Santiago: FAO, 2025.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2017.

HERRERA, K. M., DESCONSI, C., BIROCHI, R.; PACÍFICO, D. A. Trabalho e gestão das mulheres na agricultura familiar: uma análise a partir de estudos feministas e de gênero. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 3, e281922, 2024.

HIRATA, H. Centralidade do trabalho, subjetividade e relações sociais. In: Kergoat D. (Org.) **Lutar, dizem elas**. Recife: SOS Corpo, 2018. p. 13-22.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

MIES, Maria. **Patriarcado e acumulação em escala mundial**: mulheres na divisão internacional do trabalho. 1. ed. São Paulo: Ema Livros; Editora Timo, 2022.

OCAMPO GUZMÁN, M. G.; GÓMEZ PÉREZ, F.; MIJANGOS GONZÁLEZ, S. del C. Género y territorio en la cafecultura: el rol de las mujeres en la Unión Majomut en Chenalhó, Chiapas (México). **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 10, n. 20, 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT); BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Mulheres dedicam quase 10 horas a mais por semana do que os homens a cuidados não remunerados**. Brasília, 18 nov. 2025.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais**: quadro décadas de diálogo. Florianópolis: EdUFSC, 2016, 383p.

STADUTO, J. R.; ALVES NASCIMENTO, C. A.; SOUZA, M. Ocupações e renda das mulheres e homens no rural do estado do Paraná, Brasil: uma perspectiva de gênero. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 10, n. 72, p. 91-115, 2013.